

Auditoria dirá como o Brasil deve US\$ 105 bilhões

Teodomiro Braga

Brasília — Quase dois anos depois de ter sido sugerida pela comissão parlamentar de inquérito sobre a dívida externa da Câmara dos Deputados, o governo está estudando a proposta de realização de uma rigorosa auditoria para investigar a origem e aplicação dos 105 bilhões de dólares devidos pelo país.

Este é um dos itens que estão sendo discutidos pelo restrito núcleo de técnicos governamentais encarregado de desenhar a nova estratégia de renegociação da dívida externa, segundo confirmou ao JORNAL DO BRASIL um destacado membro da equipe econômica. O objetivo do novo plano sobre a dívida é conseguir uma drástica redução nas transferências de recursos do país para o exterior.

Dívida externa x preços internos

Ainda não foi fixada uma data precisa para o início das conversações com a comunidade financeira internacional, mas já há um certo consenso entre a alta cúpula econômica de que o governo não poderá dar início ao processo de descongelamento dos preços internos sem antes estancar esta violenta sangria de recursos do país para o exterior. A manutenção das remessas nos níveis atuais — cerca de 1 bilhão de dólares a cada mês — representará uma pressão explosiva sobre a inflação quando começar o descongelamento dos preços, diz esta fonte do governo.

O Brasil não tem condições de continuar convivendo por muito mais tempo com as elevadas transferências de recursos reais ao exterior, afirmam de forma quase unânime os principais redatores do plano cruza-

do, que ultimamente vêm se debruçando sobre a questão da dívida externa. São três as conseqüências mais desastrosas para a economia brasileira provocadas pela continuação dessas transferências, segundo a análise de um desses influentes técnicos governamentais.

Em primeiro lugar, os elevados superávits comerciais que o país é obrigado a obter nas suas transações comerciais representam um fator de grave desequilíbrio na política monetária, em decorrência das emissões de cruzados que o Banco Central se vê obrigado a fazer, para trocar pelos dólares obtidos pelos exportadores. (os dólares ficam retidos no BC, que paga ao exportador em cruzados equivalentes. Quanto mais dólares entram, mais cruzados devem ser emitidos)

Além desse problema, a necessidade de obtenção de expressivos superávits na balança comercial também provoca uma grande pressão sobre a demanda interna por bens e serviço. É a inflação de demanda, quando se reduz a oferta interna de produtos e serviços. Esses dois fatores combinados, segundo esse técnico, representam uma fonte de pressão demasiadamente forte sobre a inflação, que poderá se tornar explosiva quando começar o inevitável processo de descongelamento dos preços internos dos produtos, previsto para o início do segundo semestre.

O terceiro aspecto negativo das transferências é a inibição da renovação tecnológica do parque industrial brasileiro, em razão da contenção das importações. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tem alertado frequentemente para a importância da modernização das indústrias brasileiras, mas para isso será necessário um aumento considerável dos gastos do país com a importação de máquinas e equipamentos. Em outras pala-

vas, o país precisará dispor mais livremente dos dólares obtidos com suas exportações, o que significa reduzir as transferências de recursos para pagamento de compromissos externos.

Dois caminhos

O caminho para a mudança dessa situação é a renegociação global da dívida, como o ministro Dilson Funaro apontou em seu vigoroso discurso na reunião do FMI, em Washington, na último dia 4. Segundo a proposta de negociação em gestação nos gabinetes das principais autoridades econômicas, pretende-se diminuir a atual sangria de recursos através de dois pontos básicos: reescalonar os pagamentos de toda a dívida (e não apenas das amortizações do ano em curso e, no máximo, do ano seguinte, como aconteceu nos acordos firmados com os bancos a partir de 1982); e reduzir as despesas do país com os juros, que este ano deverão chegar a quase 10 bilhões de dólares.

O primeiro passo nesse sentido, segundo adverte um dos mais próximos auxiliares do ministro Dilson Funaro, será a determinação do nível das transferências que o país tem condições de suportar. Esse nível ainda não foi fixado, mas deverá ficar próximo da metade dos 11 bilhões 200 milhões de dólares referentes às transferências líquidas — receita das exportações menos gastos com importações e os chamados serviços (tipo fretes, seguros, patentes, viagens internacionais, etc.) — que o país teve de remeter para o exterior no ano passado. Esse montante, como ressaltou Funaro em seu pronunciamento dirigido aos bancos credores, representou nada menos do que 5% do PIB brasileiro e 25% de toda a poupança nacional bruta alcançada em 1985.